

Que tipo de ciência é, afinal, a Psicanálise?¹

Renato Mezan

Psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e professor titular da PUC-SP

E-mail: rmezan@uol.com.br

Resumo: Para Freud, a disciplina que criou fazia indiscutivelmente parte das ciências da Natureza, e de modo algum daquelas “do espírito”, como então se chamavam na Alemanha as atuais ciências humanas. Para nós, contemporâneos, tal asserção parece muito estranha: que objeto poderia ser mais humano do que o espírito humano, tema da Psicanálise? Este artigo retoma esse problema pelo ângulo da partição entre os dois tipos de ciência que vigoravam no tempo e no ambiente cultural de Freud, no interior da qual faz sentido a sua enfática afirmação. Mostra que já não dividimos o campo do saber da mesma maneira que então, o que torna possível alojar a Psicanálise ao lado de disciplinas como a História, a Etnologia e outras do mesmo gênero, portanto, no campo das ciências (para nós) humanas. A parte final do texto explora alguns intrigantes paralelismos epistemológicos entre as noções de “seleção natural” e “inconsciente”, e as estratégias retóricas de que Darwin e Freud – este, aparentemente sem se dar conta de que estava imitando seu grande predecessor – se utilizam para criar no leitor a convicção de que são indispensáveis para estruturar o campo das respectivas disciplinas.

Palavras-chave: epistemologia, epistemologia da Psicanálise, ciências da natureza, ciências humanas, inconsciente, seleção natural.

¹ Este texto é uma versão reelaborada e ampliada de uma comunicação apresentada no ciclo “Pensamento Cruel”, a convite do Prof. Dr. João Frayze Pereira, em agosto de 2004. Agradeço ao professor a autorização para o publicar em *Natureza humana*.

Abstract: Freud had never any doubts that his invention belonged in the field of natural science, and not in the area of the “sciences of the Spirit”, as human/social sciences were then called in Germany. For us, this sounds strange: what could be more human than human mind, the subject of Psychoanalysis? This paper argues that the way of separating both fields in which Freud’s claim makes sense has changed considerably since his day, so that we are justified in ranking Psychoanalysis on the same side as History, Anthropology and similar disciplines, as we usually do nowadays. It also explores some intriguing parallels between the notions of “natural selection” and “unconscious”, as well as some rhetorical strategies employed by both Darwin and Freud – in this case, probably unaware that he was copying his great predecessor – when they set to the task of persuading their readers that those ideas cannot be dispensed with in their respective fields.

Key-words: epistemology, epistemology of Psychoanalysis, natural sciences, human sciences, unconscious, natural selection.

A questão da cientificidade da Psicanálise vem sendo levantada, nos últimos tempos, no contexto de uma crítica generalizada à nossa disciplina. Essa crítica apresenta duas vertentes: a mais comum, diz respeito à suposta pouca eficácia do tratamento analítico quando comparado a outras terapias (geralmente, mas não só, à cognitiva) e/ou à ação de ansiolíticos, antidepressivos e demais medicamentos psiquiátricos. A outra vertente questiona o rigor da teoria psicanalítica, acusando-a de se basear numa série de pressupostos não-comprováveis, de formular hipóteses impossíveis de verificar e que, portanto, dão sempre razão a quem as enuncia, permitindo a mais completa arbitrariedade nas interpretações em sessão. Os mais coerentes desses críticos juntam as duas bordoadas numa só: seria *porque* a Psicanálise nada tem de científico que sua eficácia terapêutica deixa tanto a desejar.

Tudo se passa, assim, como se o “pensamento cruel” – que desfaz ilusões e desconstrói falácias – atingisse a disciplina freudiana no seu

âmago. Parafraseando a frase de Karl Kraus – “a Psicanálise é a própria doença que ela pretende curar” –, poderíamos dizer: a Psicanálise é a própria ilusão que ela supõe poder dissipar. Ora, é evidente que os psicanalistas não podem concordar com semelhante veredicto; meu propósito neste texto é mostrar que ele é completamente injustificado. Para isso, seguiremos um caminho um tanto tortuoso, mas indispensável para situar corretamente o problema: pois ele é complexo, e não admite soluções apressadas. Mais vale ir com calma, examinando as suas diversas facetas e tecendo passo a passo nosso argumento.

Freud: “A Psicanálise é uma ciência da Natureza”

Começemos com o que o próprio Freud diz quanto à natureza da sua invenção. Há vários textos em que ele examina os fundamentos das suas teorias – o início do artigo “Pulsões e destinos de pulsão” (1915), a *Autobiografia* (1925), a defesa que redigiu para o processo contra Theodor Reik por prática ilegal da Medicina, intitulada “A questão da análise por não-médicos” (1926), e outros. A argumentação mais completa encontra-se na última das *Novas conferências de introdução à psicanálise* (1932), cujo título é “Sobre uma *Weltanschauung*”. Como se trata de um texto escrito em sua velhice, podemos pensar que representa a opinião definitiva de Freud sobre o assunto.

Weltanschauung significa concepção ou visão de mundo, e Freud quer responder à pergunta: da Psicanálise se depreende, ou não, uma concepção de mundo específica? Parece evidente que, nesse caso, “mundo” se refere ao homem e à sua vida psíquica, tanto individual quanto em sociedade. A pergunta poderia ser assim compreendida: a Psicanálise envolve, ou não, uma concepção filosófica do homem, da sua mente, do seu comportamento, da sua natureza?

Mas, para nossa surpresa, não é em absoluto esse o caminho que toma Freud. Ele começa por definir o que entende por *Weltanschauung*:

“uma construção intelectual que resolve de modo unitário todos os problemas da nossa existência [*unseres Daseins*] com base em uma suposição fundamental [*übergeordneten Annahme*], construção na qual, portanto, não permanece em aberto interrogação alguma, e tudo que nos interessa encontra seu lugar determinado” (Freud 1932, SA I, p. 586; BN III, p. 3191). A vantagem de dispor de semelhante construção é evidente: ela nos proporciona segurança, oferecendo critérios claros tanto para compreender o que nos rodeia, quanto — ao definir ideais para a conduta, obviamente convergentes com sua “suposição fundamental” — para orientar nossas ações.

Nessa maneira de definir uma concepção do mundo, três coisas chamam a atenção: seu aspecto sistemático (“tudo o que nos interessa encontra seu lugar *determinado*”); seu aspecto abrangente (“*tudo* o que nos interessa encontra seu lugar determinado”); e seu aspecto arbitrário (pois a “suposição fundamental” pode ser qualquer uma). Desde que consiga obter o assentimento dos homens, que passam a acreditar nela e a ver o mundo pelo prisma que ela lhes oferece, a “suposição fundamental” não precisa de mais nada para se sustentar: a crença faz com que se torne auto-evidente, não necessitando de qualquer prova. Torna-se, assim, a premissa absoluta para qualquer afirmação sobre o mundo e o princípio absoluto para qualquer norma moral ou jurídica: o aspecto abrangente e o aspecto sistemático derivam, portanto, da evidência do fundamento. Ora, se este for frágil, todas as conseqüências que ele implica também o serão: de onde a necessidade de protegê-lo de qualquer dúvida, o que acaba por eliminar toda possibilidade de questionamento também sobre os derivados que o pressuposto implica. É, portanto, com a força de um sentimento primordial — a necessidade de se sentirem seguros — que os homens defendem suas visões de mundo, recusando considerar qualquer objeção contra elas.

Antes de prosseguir, lembremos que essas três características são invariavelmente invocadas quando Freud fala da Filosofia.² Também

² Sobre a forma surpreendentemente superficial com que Freud costuma tratar da Filosofia, cf. Mezan 1990, pp. 601 e ss.

na Conferência 35, é deste modo que ele a menciona, citando o famoso epigrama de Heine: “com seu gorro de dormir e com os farrapos do seu camisolão / ele remenda os buracos da estrutura do mundo”.³ É inegável a conotação pejorativa dessa visão, que em nada corresponde à Filosofia da época de Freud – pois são seus contemporâneos, entre outros, Wittgenstein, os membros do Círculo de Viena, os fenomenólogos como Husserl e o Heidegger de *Ser e tempo*, o pensador das formas simbólicas Ernest Cassirer... Desde Platão e Aristóteles, e mesmo no apogeu do Grande Racionalismo, para usar a expressão de Merleau-Ponty, os filósofos que criaram sistemas do mundo (Descartes, Espinosa, Leibniz, mais tarde Hegel e Schopenhauer, entre tantos) levaram em conta as dificuldades e objeções que se poderiam levantar contra eles: basta ler as “Respostas” de Descartes às “Objeções” contra suas *Meditações de filosofia primeira*, ou a correspondência de Espinosa, em que ele incansavelmente debate com seus críticos, para ver que a imagem proposta por Freud para a Filosofia é de uma superficialidade desconcertante.

Mas não é esse o assunto discutido neste texto. Claramente, o objetivo de Freud é demarcar o que faz tanto da ridícula tarefa do remendão do Universo quanto da crença ingênua do adepto de uma visão de mundo em seu *vade-mecum*. Esse objetivo é alcançado logo nos parágrafos seguintes da conferência, mediante dois movimentos convergentes. O primeiro é caracterizar a Psicanálise como um ramo da Psicologia, e, portanto, como uma ciência especial (*Spezialwissenschaft*): por isto, ela “é absolutamente inadequada para desenvolver uma concepção própria do Universo, e precisa aceitar a da ciência”. *Especial* aqui não quer dizer privilegiada ou de exceção, mas simplesmente específica, com um território próprio que é sua missão investigar: o “terreno psíquico”, “as funções intelectuais e emocionais dos homens”, como se lê na página seguinte do texto.

O segundo movimento é caracterizar a *Weltanschauung* da ciência de modo tal, que ela pouco guarda de semelhante com o conceito definido

³ “Mit seinem Nachtmützen und Schlafrockjetzen / Stopft er die Lücken des Weltenbaus”. Heine, *Die Heimkehr (O regresso ao lar)*.

linhas antes: a ciência, é certo, “aceita a unidade da explicação do Universo, mas só como um programa a ser realizado no futuro”. Aqui Freud parece referir-se à eventual *completude* da explicação científica, à resolução de todos os enigmas e à integração das respostas num todo coerente: se esse é o horizonte ideal da pesquisa científica, aquilo para o que ela tende, na atualidade ainda existem enormes lacunas no quadro do Universo que a ciência nos oferece.

Além disso, ela apresenta, sobretudo, características negativas: o que é cognoscível são apenas os fenômenos e as leis que os regem, e esse saber só pode ser obtido pela “elaboração intelectual de observações cuidadosamente comprovadas – o que se chama investigação –, afastando-se qualquer outra fonte de conhecimento, como a revelação, a intuição ou a adivinhação. Essas supostas fontes de conhecimento são estranhas à ciência, e esta as recusa resolutamente” (Freud 1932, SA I, pp. 586-7; BN III, pp. 3191-2). Ou seja, limitação da pesquisa à esfera do observável – nessa esfera, obviamente, sendo incluído tudo o que pode ser inferido de modo legítimo como fundamento do observável, ainda que não possa ser diretamente observado, como as idéias de força em Física, de átomo em Química e de inconsciente em Psicanálise – e caracterização da ciência por seu método – observação cuidadosa, elaboração de hipóteses, prova matemática, lógica ou experimental como critério para decidir entre hipóteses rivais, etc. Em resumo, o uso da razão como instrumento para pensar, e a disposição para aceitar críticas pertinentes, indo até o abandono de determinada teoria se outra melhor se apresentar.

Freud acrescenta ainda, nesse início da sua conferência, que a ciência não é “uma” entre várias formas de adquirir conhecimento, que, por também serem esferas da atividade espiritual do homem (*Gebiete menschlicher Geistestätigkeit*), lhe seriam iguais em dignidade. Religião e Filosofia podem aspirar à verdade, mas não a alcançam, e a ciência não tem por que acatar as pretensões delas; o cientista é intolerante com o erro, não admite compromissos ou restrições, e estende sua interrogação a todo e qualquer setor da atividade humana.

O leitor atento não pode, aqui, deixar de levantar as sobrancelhas e manifestar duas surpresas. A primeira diz respeito à aparente ausência de pressupostos na atividade científica; a segunda, à súbita aparição dos tais “setores da atividade humana” no argumento freudiano. Mas tem nosso leitor realmente o direito de franzir a testa ao se deparar com esse passo no argumento de Freud?

Primeiramente, toda *Weltanschauung* se caracteriza por uma “suposição fundamental”, e a da ciência também comporta uma, embora Freud não a mencione explicitamente: trata-se da crença na racionalidade do real, ou seja, na existência de leis que governam os fatos e de causas que os determinam segundo essas leis. Essa crença tem um corolário: em princípio, está ao alcance da inteligência humana descobrir tais causas e formular tais leis. Pouco importa se isso se deve a que o espírito humano é parte da realidade e pode, por esse motivo, se conectar ao restante dela (como pensava Espinosa, e, numa outra perspectiva, também Hegel), ou a que os fenômenos são uma construção das nossas categorias intelectuais a partir dos dados de percepção (à maneira de Kant): o conhecimento é possível porque a Natureza apresenta *regularidades* observáveis, cuja formulação em termos abstratos produz o enunciado das suas leis, e porque os fatos têm causas, ou seja, outros fatos em cuja ausência eles jamais se produzem, e em cuja presença — *ceteris paribus*, excluídas eventuais intercorrências — eles regularmente se produzem. O *determinismo* é, assim, o pressuposto oculto da *Weltanschauung* científica, como Einstein expressou numa bela metáfora: “O Senhor é sutil, mas não maldoso; Ele não joga dados com o Universo”.

É isso que torna possível a descoberta de leis verdadeiras, isto é, em correspondência com “o que é, como é”, e, portanto, a aplicação dessas leis em artefatos tecnológicos que as instrumentalizam. Mais para o fim da conferência, refutando o ceticismo — o qual afirma que, posto que, no fundo, a ciência se baseia numa crença, tanto faz que seu conteúdo seja este ou aquele, pois nenhuma teoria pode alcançar a verdade —, Freud invoca precisamente este argumento: a prova de que a ciência oferece um acesso seguro ao real é a tecnologia. Diz ele, de modo pitoresco:

Se realmente fosse indiferente o que opinamos, se não houvesse entre nossas opiniões conhecimentos que se caracterizam por sua coincidência com a realidade, poderíamos construir tanto pontes de pedra quanto de papelão, injetar num doente um decígrama de morfina em vez de um centígrama, e usar para anestesia gases lacrimogêneos em vez de éter. Mas com certeza os anarquistas intelectuais recusariam energicamente tais aplicações de suas teorias. (Freud 1932, SA I, p. 603; BN III, p. 3202)

Diferentemente das crenças arbitrárias que sustentam a religião ou a filosofia, portanto, a crença na existência de leis naturais e na nossa capacidade de descobri-las se revela fundamentada, tanto mais que, por esse princípio básico, é possível corrigir erros nas teorias vigentes e propor outras mais próximas dos fatos como são, portanto mais aptas a predizer com sucesso o comportamento dos objetos que estudam e a permitir aplicações tecnológicas mais e mais complexas.

A primeira surpresa é apenas conseqüência do fato de Freud, no seu argumento, ter dado por evidente o que acabamos de explicitar; a omissão não o invalida, embora seja útil, para compreender bem sua posição, enunciar com clareza tanto o que a ciência tem em comum com as demais *Weltanschauungen* (uma “suposição fundamental”) quanto aquilo que distingue o pressuposto científico dos seus congêneres na religião e na filosofia (seu caráter fundamentado, e a teoria da verdade que torna legítimo tal fundamento: essencialmente, uma teoria de tipo realista, que afirma a correspondência entre o que pensamos – quando pensamos racionalmente, sem nos deixar levar por nossos desejos e aspirações – e o que é).

A segunda surpresa, porém, não pode ser afastada tão facilmente: ela diz respeito à súbita aparição das “atividades humanas” como objeto da investigação científica. O que tem isso de surpreendente? No tempo de Freud, as “atividades humanas”, mais conhecidas como civilização ou cultura, eram estudadas pelas *Geisteswissenschaften* ou ciências do espírito, e havia uma nítida distinção entre elas e as *Naturwissenschaften* ou ciências da Natureza. Ora, Freud não leva em conta essa distinção, porque,

como veremos a seguir, considera como homogêneos ambos os territórios. Quando diz que a Psicanálise, como “psicologia das profundezas”, é uma parte da Psicologia, e esta uma “ciência especial” que obedece aos cânones da Ciência *tout court*, é evidente que, para ele, só existe um tipo de ciência, e não dois, humanas e naturais. Determinados ramos dessa ciência unitária podem se ocupar das “atividades espirituais dos homens”, enquanto outros tratam da matéria inanimada ou dos organismos vivos; o objeto da Psicologia é claramente recortado contra o pano de fundo da Natureza (“as funções afetivas e intelectuais dos homens” – e, acrescenta Freud, “e dos animais”). Portanto, a parte da Psicologia que investiga as “profundezas” (o inconsciente, suas leis, seus efeitos sobre o comportamento dos homens, etc.) é também uma ciência natural.

Essa posição de Freud não deixa de nos parecer estranha: pois o que seria mais humano do que a mente humana, com sua infinita complexidade, que justamente a Psicanálise ajudou a desvendar? Para compreender por que Freud a situa entre as ciências naturais, é preciso agora abrir outra janela, e investigar o que significava, no contexto alemão da época, a oposição entre ciências da natureza e ciências “do espírito”, como se dizia então.

A querela dos métodos

Aqui recorreremos à análise que propõe Paul-Laurent Assoun em seu livro *Introduction à l'épistémologie freudienne* (Assoun 1981)⁴. Discutindo o que denomina “fundamento monista” da Psicanálise – a crença de Freud num único tipo de ciência, cujo método é válido para qualquer ciência particular –, Assoun se refere à célebre “querela dos métodos” (*Methodenstreit*), que teve lugar na Alemanha no final do século XIX e no início do XX.

⁴ Uma discussão mais ampla do argumento de Assoun, do qual extrairemos aqui apenas o que ele relata sobre a *Methodenstreit*, pode ser encontrada em Mezan 2002, pp. 499 e ss.

Em síntese, trata-se do seguinte: haveria basicamente dois tipos de objeto para o saber, os naturais – existentes sem que o homem tenha parte em seu surgimento e em seu *modus operandi* – e os históricos ou culturais, ou seja, tudo aquilo que resulta da vida em sociedade e caracteriza a existência humana. Disciplinas como a História, a Economia, a Filologia ou a Etnologia lidam com realidades culturais, qualitativamente diversas dos corpos físicos ou dos organismos vivos que são o assunto da Astronomia, da Física, da Química e da Biologia. Há entre o “humano” e o “natural” uma diferença ontológica, e, para respeitá-la, é necessário o emprego de métodos diversos no estudo de cada uma dessas regiões do real.

No caso dos seres naturais, é indiferente que seja este ou aquele indivíduo a ser examinado: a investigação o toma como exemplo de toda a sua categoria, e o que descobre sobre aquele indivíduo ou grupo de indivíduos vale para toda a classe de seres a que pertence(m). O relevante não é a singularidade ou individualidade do espécime, mas aquilo que nele há de universal, considerando-se universal o próprio da classe em questão, seja ela uma espécie, um gênero, uma ordem (em Biologia), ou um tipo de matéria (um gás em Química, uma rocha em Mineralogia, uma onda em Física, etc.) O estudo desse tipo de objeto visa a subsumir o particular no universal, através de procedimentos no essencial indutivos, e a formular leis das quais seja possível deduzir outras propriedades ou comportamentos, verificáveis em seguida por observações, experimentos, etc. A isso, os filósofos da época chamavam *erklären* (explicar). O modelo desse tipo de investigação é a Física de Galileu e de Newton, considerada como cânon das demais disciplinas pelos espetaculares resultados que seus princípios e métodos haviam propiciado desde o século XVIII, e em especial durante o XIX.

Mas no domínio propriamente humano, o das ciências da cultura ou do espírito, esses procedimentos não são adequados, porque cada “objeto” apresenta uma individualidade própria, irreduzível a uma classe no sentido anteriormente definido. Exemplos de realidades assim são as civilizações, seus rituais, crenças e valores, as obras da arte e da imaginação, as normas religiosas, éticas e jurídicas, os sistemas políticos e econômicos,

etc. Investigar esse tipo de objeto não é incluí-lo na classe a que pertence – *ça va de soi*, e nada nos diz sobre o que ele é em sua singularidade. É necessário *compreendê-lo* (*verstehen*), o que significa penetrar em seu sentido, revelar sua significação, desvendar o que o torna irreduzivelmente “aquilo” e não outra coisa. Assim, estudar a Revolução Francesa, o estilo barroco ou o romance russo exige obviamente definir o que é uma revolução, um estilo artístico ou um romance, mas esse é apenas o primeiro passo; cada uma daquelas entidades apresenta características próprias, mesmo dentro de sua classe, e é isso que importa salientar.

Bem, dirá o leitor, mas um rato também apresenta, na classe dos mamíferos, características próprias, que distinguem sua espécie das dos felinos, caninos ou eqüídeos, e o aproximam de outros roedores. É certo, mas, a compreensão como método quer ir além da mera classificação. Ela quer discernir o espírito que anima aquelas produções, não apenas o que elas são, mas ainda o que querem dizer, o que revelam sobre a nação ou o indivíduo que as criou – e um rato não “quer dizer” coisa alguma, nem uma rocha ou um gás.

Foi o filósofo Wilhelm Dilthey que, em sua *Introdução às ciências do espírito* (1883), sistematizou essa oposição e lhe conferiu o estatuto de uma teoria bem argumentada, embora os termos *explicar* e *compreender* tivessem sido introduzidos trinta anos antes pelo historiador Theodor Droysen. O método compreensivo, também chamado “hermenêutico”, consistia, portanto, em *interpretar* as realidades sobre as quais era aplicado, esclarecendo sua significação e os meios através dos quais ela se expressava, ou seja, sua articulação interna, sua relação com outras facetas de um mesmo sistema cultural e suas diferenças em relação a equivalentes em outros sistemas culturais. *A origem da tragédia*, de Nietzsche, é um exemplo desse tipo de trabalho, assim como *A civilização do Renascimento na Itália* de Jakob Burckhardt, a *Paideia* de Wilhelm Jaeger, *Os conceitos fundamentais da história da arte* de Heinrich Wölfflin, e inúmeros outros.⁵

⁵ Uma boa apresentação desse ponto de vista, no que se refere à história da arte, pode ser encontrada em Hauser 1973, pp. 160 e ss.

Assoun aponta duas características importantes do método compreensivo e das disciplinas que o empregam: sua origem distante na hermenêutica teológica – partindo da qual, sobretudo por meio da Filologia, o método conquista os demais territórios da cultura – e a presença de juízos de valor nas interpretações a que ele dá lugar, isto é, na avaliação (implícita ou explícita) de que as obras e fatos culturais examinados são grandiosos, sublimes, superiores ou inferiores a outros, etc. Por isso mesmo, certos preconceitos ideológicos se infiltram inevitavelmente nessas análises, refletindo o eurocentrismo da época, e mesmo determinadas atitudes xenófobas de certas nações em relação a outras.

Assim, as culturas não-ocidentais (com exceção de algumas asiáticas, como as da China ou da Índia) são consideradas “primitivas”, e o estudo delas “revela” a clara superioridade da raça branca sobre os “selvagens”; o estudo da cultura alemã tem freqüentemente o resultado de “demonstrar” a superioridade da nação germânica sobre os povos latinos ou eslavos (a *Kulturkampf* tem aí um de seus elementos propulsores). Não podemos generalizar, é claro, mas o fato é que a “significação” que se busca evidenciar é muitas vezes expressa em termos que hoje chamaríamos de racistas, e que mesmo na época tinham como um de seus efeitos confortar os preconceitos daquele determinado público em relação aos vizinhos, ou aos povos a ele subordinados no contexto da colonização.

Compreendida então a oposição entre ciências da Natureza e ciências do Espírito, voltemos a Freud. Não é comum encontrar em seus escritos a expressão *Geisteswissenschaften*, até porque a Psicanálise é para ele uma *Naturwissenschaft*. É necessário então tentar compreender por que ele pensa assim; tanto mais que não terá escapado ao leitor que há pouco utilizei a palavra “interpretação”, vinculando-a ao contexto das ciências do Espírito. Ora, não é a interpretação aquilo que singulariza a Psicanálise, na busca do sentido inconsciente de nossas produções mentais? Como então compreender a enfática posição de Freud quanto ao caráter de ciência natural da Psicanálise? Como incluir numa ciência desse gênero a prática da interpretação, própria de um campo cuja especificidade Freud

faz questão de não levar em conta? Não que a ignorasse, pois os debates da *Methodenstreit* lhe são contemporâneos.

Uma pista pode ser encontrada numa passagem da *Autobiografia* (1925), que apresenta uma das raras ocorrências do termo *Geisteswissenschaften* na obra freudiana. Freud está, mais uma vez, enunciando sua convicção de que é injusto inferir da pouca clareza de seus conceitos fundamentais (especialmente a doutrina das pulsões) que a Psicanálise não seja uma ciência:

Escutei muitas vezes a idéia depreciativa de que nada se pode pensar de uma ciência cujos conceitos principais são tão imprecisos como os de libido e pulsão na Psicanálise. Mas a essa crítica subjaz um total desconhecimento da situação. Conceitos fundamentais claros e definições com contornos precisos só são possíveis nas *Geisteswissenschaften*, na medida em que estas querem incluir um domínio de fatos no quadro de uma construção intelectual sistemática. Nas *Naturwissenschaften*, entre as quais se conta a Psicanálise, esta clareza dos conceitos básicos é supérflua, e mesmo impossível. A Zoologia e a Botânica não começaram com definições corretas e abrangentes de “animal” e de “planta”; a Biologia ainda hoje não sabe como preencher com um conteúdo seguro a noção de “ser vivo”. Até a Física teria se privado de todo o seu desenvolvimento, se tivesse de ter esperado até que seus conceitos de matéria, força e gravitação alcançassem a clareza e a precisão desejáveis.⁶

Freud prossegue retomando uma observação que já fizera em “Pulsões e destinos de pulsão”, cujo parágrafo inicial é de certo modo seu manifesto epistemológico: nas ciências da Natureza, as representações básicas são no começo pouco nítidas, sendo durante algum tempo determinadas pela esfera de fenômenos que aquelas devem investigar; somente

⁶ Freud 1925, capítulo 5, p. 85. Vale notar que Ballesteros traduz *Geisteswissenschaften* por “disciplinas científicas”, obscurecendo precisamente a oposição que Freud quer destacar. Já Assoun (1981), carregando nas tintas — como freqüentemente faz quando se trata de defender a originalidade absoluta da “identidade epistêmica freudiana” —, transforma a *intellektuelle Systembildung* (construção intelectual sistemática) numa *construction intellectuelle inventée de toutes pièces*.

a análise posterior do material coletado em muitas e rigorosas observações é que pode conferir a essas *Grundvorstellungen* uma maior precisão.

Ora, sendo a Psicanálise uma ciência fundada sobre a observação, só lhe resta refletir sobre seus resultados do modo como eles se apresentam, isto é, necessariamente fragmentados (*stückweise*), resolvendo passo a passo os problemas que vão se colocando.⁷ É nessa mesma veia que, na Conferência 35, ele compara o trabalho do analista com o do cientista, implicando evidentemente que o motivo da semelhança entre ambos é que o analista é um cientista:

O progresso do trabalho científico se dá de modo muito semelhante ao da análise. Iniciamos o trabalho com certas expectativas, mas devemos afastá-las. Com a observação, aprendemos ora aqui ora ali algo novo, mas as partes não formam de início um conjunto coerente. Criamos então suposições, construímos hipóteses auxiliares, que abandonamos quando não se confirmam. É necessário ter paciência e disposição para avaliar todas as possibilidades, renunciando às nossas primeiras convicções; pois, dominados por elas, deixaríamos de perceber fatores novos e inesperados. E no final, todo o nosso esforço se vê recompensado: as descobertas isoladas se organizam num conjunto bem ajustado, e tem-se a visão de uma parte do acontecer psíquico; a tarefa está concluída, e estamos prontos para a seguinte. (Freud 1932, SA I, p. 601; BN III, p. 3201)

Notemos o contraste entre essa descrição e o que diz a passagem da *Autobiografia* sobre as ciências do espírito: o analista/cientista não se priva de “criar suposições e hipóteses auxiliares” para compreender o que lhe é dado observar, mas está pronto a abandoná-las ou retificá-las

⁷ Freud diz que a Psicanálise não pode fazer outra coisa exceto *ihre Ergebnisse herauszuarbeiten*, literalmente, “elaborar seus resultados”: obviamente, deles extraindo – o que é marcado pelo prefixo *heraus* – hipóteses e conceitos. Enfatiza assim que as ditas hipóteses estão contidas, de modo virtual, nos “resultados” (ou seja, os fatos estabelecidos pela Psicanálise), mas também sugere uma valorização da capacidade imaginativa do cientista, que o habilita a *arbeiten* – trabalhar – esses resultados para deles extrair conceitos e hipóteses. Voltaremos a esse ponto essencial ao falar, mais adiante, do modo como Darwin monta seu argumento em *A origem das espécies*.

se elas “não se confirmarem”. Já quem pratica o outro método “quer incluir um domínio de fatos no quadro de uma construção intelectual sistemática”. A implicação é clara: nas ciências do espírito, o pressuposto prevalece sobre a observação, o “espírito de sistema” sobre o “espírito de *finesse*”, para falar como Pascal; e, “dominado pelas suas primeiras convicções”, o estudioso não se dispõe a considerar de outra maneira o que por algum motivo não entrar em sua construção. Resultado: não atenta para os “fatores novos e inesperados”, não aguarda com paciência até que as peças do quebra-cabeça se encaixem, e, de modo geral, permite que seus desejos e fantasias levem a melhor sobre o rigor exigido pelo verdadeiro trabalho científico.

Pois não terá escapado ao leitor que, no trecho que estamos examinando, aquilo que Freud denomina *Geisteswissenschaften* é exatamente o mesmo que, na Conferência 35, recebe o nome de *Weltanschauung*: uma construção na qual os fatos devem ser incluídos nas posições que lhes correspondem, ainda que neles haja elementos que resistam a tal operação. O “*a priori*” prevalece sobre a observação, o desejo de completude sobre a tolerância ao não-saber e, para dizê-lo de uma vez, a arrogância sobre a humildade diante dos fatos que caracteriza o espírito científico.

Não é de admirar que Freud fuja de semelhante companhia! Tanto mais que, como vemos na seção central da Conferência 35, é à onipotência do pensamento, e portanto a uma característica da mente infantil, que deve ser atribuída a atitude antiinvestigativa do adepto de uma “concepção de mundo”. Ela é responsável pelo surgimento das religiões, que visam minorar o sentimento de desamparo – igualmente de origem infantil – mediante a suposição de que entes superiores e benfazejos velam por nós. Não é o caso de discutir agora a concepção freudiana da religião, mas é evidente que, para ele, tanto esta quanto as “construções intelectuais sistemáticas” – quer se chamem *Geisteswissenschaft* ou *Weltanschauung* – estão do mesmo lado da fronteira, enquanto é no lado oposto que se situa a ciência, e portanto a Psicanálise.

Interpretação e teorização

Resta a questão da interpretação. De fato, a *Deutung* visa encontrar a *Bedeutung* (significação) de um acontecimento mental, mas essa operação (como bem mostra Assoun em seu livro) *não* é de tipo hermenêutico. Não se trata de atribuir o sentido de um sonho ou de um ato falho a “algo” que neles se exprime, “algo” equivalente a um princípio que deve ser captado através de suas manifestações – como em *A origem da tragédia*, na qual o teatro grego é visto como derivado da luta e da integração dos princípios apolíneo e dionisíaco –, mas de encontrar a causa que dá origem àquela produção específica.

Interpretar um sonho é encontrar o seu sentido – o desejo inconsciente e as fantasias em que ele se incorpora. Mas esse desejo é igualmente uma das *causas* daquele sonho, sendo a outra a “potência psíquica” que se opõe à realização dele (responsável pela censura). Ao elucidar o sentido, a interpretação revela também as causas, tanto materiais (o desejo inconsciente) quanto formais (as operações do processo primário que incidiram sobre o material original). O mesmo vale para as “tendências” cujo choque produz o ato falho, a piada ou o sintoma neurótico: tendências, desejos e pulsões são causas eficientes, forças que determinam aquilo que aparece na consciência.

Vemos que a investigação de Freud é orientada pelo princípio do determinismo, que compartilha com aqueles que situa no território das *Naturwissenschaften*. Partindo da observação – no caso da Psicanálise, o que há para ser observado é o discurso do paciente em sessão –, o analista coleta dados e reflete sobre eles, da forma como Freud descreve na passagem da Conferência 35 que citei há pouco. É desse vaivém entre observação e teorização que surgem as hipóteses sobre o que determina tais fatos – tipicamente, conflitos inconscientes opondo pulsões/desejos/fantasias a defesas – hipóteses que por sua vez orientam as intervenções do analista. Estas visam modificar o equilíbrio entre tais fatores, no sentido de uma maior mobilidade psíquica (“levantar repressões”, “restituir a capacidade

de amar e de trabalhar”, e formulações análogas que encontramos a cada passo sob a pena de Freud).

Pois não devemos esquecer que a Psicanálise começou como um ramo da medicina, portanto objetivando não apenas *compreender* o mundo psíquico, mas ainda, e principalmente, *intervir* nele, desfazendo constelações nocivas e favorecendo rearranjos – não tenhamos medo das palavras – mais saudáveis. Para fazer isso com conhecimento de causa, era preciso criar uma teoria que explicasse como funciona a mente e como adocece; desde o início, essa teoria tem de ser abrangente, isto é, dar conta também do funcionamento normal da psique. É o que Freud tenta no *Projeto* de 1895, e depois, com mais sucesso, no capítulo VII da *Traumdeutung*, criando um modelo metapsicológico que será incessantemente retomado e modificado ao longo da sua obra (entre outros textos, em *Introdução ao narcisismo* e *O ego e o id*).

A bem dizer, a Psicanálise, tal como Freud a concebe, teoriza em dois níveis diferentes. O primeiro é este mais geral, o das grandes hipóteses sobre o inconsciente, as pulsões, o conflito defensivo, a angústia e outros elementos do “acontecer psíquico”. Aqui estamos no domínio da universalidade ou da generalidade, e o que a teoria apresenta é uma visão do ser humano como movido por forças que desconhece, tendo ao mesmo tempo que lhes oferecer alguma gratificação e restringir tal gratificação aos limites do permitido pela vida em sociedade. A repressão dos desejos mais intensos e primordiais provocará efeitos deletérios, que vão do “nervosismo comum” até as mais graves psicoses. A enorme complexidade da construção freudiana não deve nos fazer perder de vista que ela põe em jogo um número muito limitado de fatores (basicamente pulsões, angústias e defesas) e um número relativamente pequeno de operações que incidem sobre eles (os processos primário e secundário): é o caráter eficiente, *propulsor*, diríamos, desses fatores que determina as combinações variadíssimas do que chamamos “vida psíquica”.⁸

⁸ Sobre esse tópico, ver Mezan 1998b.

Freud tem razão quando, no quadro da oposição entre ciências do espírito e ciências da Natureza, situa sua disciplina entre estas últimas. Com efeito, não é em relação ao objeto “espírito”, mas em relação à metafísica desse objeto – visto como produto determinado de causas em princípios cognoscíveis – e em relação ao método – procura sistemática dessas causas, e disposição para retificar incessantemente a teoria à luz dos “fatores novos e inesperados” – que se dá a partilha. Lemos na Conferência 35:

A contribuição da Psicanálise à ciência consiste precisamente em ter estendido a investigação ao território do psíquico. [...] Mas essa incorporação do estudo das funções intelectuais e emocionais dos homens (e dos animais) à ciência não modifica de modo algum a posição geral desta última, porque não surgem novas fontes de conhecimento nem novos métodos de investigação. A intuição e a adivinhação, se existissem, poderiam constituir tais métodos, mas podemos tranqüilamente contá-las entre as ilusões, [pois são] realizações de impulsos de desejo [*Wunschbewegungen*]. [...] A ciência leva em conta que a vida psíquica humana cria tais exigências e está disposta a buscar suas fontes, mas não tem o menor motivo para reconhecê-las como justificadas. [...] A ciência está disposta a pesquisar quais satisfações esses desejos conquistaram nas realizações artísticas e nos sistemas religiosos e filosóficos; mas não se pode deixar de ver quão injustificado, e em alto grau inconveniente, seria admitir a transferência dessas aspirações ao território do conhecimento.⁹

O círculo se fecha: é com os instrumentos da razão que a ciência, no caso a Psicanálise, irá investigar as “fontes” (= causas) dos desejos humanos, entre as quais se conta a capacidade de criar ilusões – algumas benéficas, como a arte; outras inócuas, como a filosofia; outras ainda, como a religião, que podem se tornar perniciosas, especialmente quando pretendem disputar com a ciência o terreno do conhecimento. As religiões o fazem ao criar suas cosmogonias e ao pretender que tais mitos tenham

⁹ Freud 1932, SA I, p. 587; BN III, p. 3191-2. Chama a atenção aqui o uso dos termos “injustificado”, referindo-se às pretensões de verdade da filosofia e da religião, e “disposta”, referindo-se à prontidão da ciência em cumprir com o que dela se espera.

valor de verdade,¹⁰ e ao pretender que a revelação seja uma “fonte” do conhecimento, igual ou até superior em dignidade à trabalhosa, porém segura, forma científica de pensar.

Resumindo: o “espírito” – tanto no sentido de alma ou psique, quanto no de cultura, aqui entendida como tudo aquilo que os homens criam ao viver em sociedade – é um objeto legítimo da ciência, a ser investigado com os mesmos métodos e com o mesmo cuidado que os demais objetos sobre os quais ela se debruça. Que isso valha para a Psicologia individual é bastante claro – trata-se, como disse, de descobrir as causas das produções psíquicas e intervir no sentido de modificá-las, ou eventualmente removê-las, graças ao conhecimento da sua natureza e da sua forma de ação.

Ora, Freud opera exatamente da mesma forma quando aborda questões históricas ou culturais, entrando assim no território das ciências “humanas”: uma boa parte do que escreveu trata da religião, da vida social e de obras de arte, da escultura à pintura, ao teatro e à literatura de ficção. Cada “objeto” desses é considerado como produto de causas discerníveis – a religião como resposta ao desamparo infantil, as normas morais como conseqüência do assassinato do pai primitivo, as obras de arte como fruto da sublimação e das particularidades psíquicas dos seus criadores, etc. Todos esses produtos da “atividade espiritual” derivam das “funções intelectuais e afetivas” próprias aos humanos, existindo portanto continuidade entre a psicologia individual e a psicologia social.

Ao abordar fenômenos sociais ou culturais, o psicanalista emprega os mesmos conceitos e hipóteses construídos no estudo do indivíduo; mas não pretende *modificá-los* por sua ação. Cuida apenas de os explicar, e espera que essa explicação contribua, a longo prazo e com o auxílio de outros fatores, para que os homens possam transformar suas condições de vida. É o que vemos em textos como “O nervosismo moderno” (a respeito da

¹⁰ Aqui a referência à polêmica entre criacionistas e partidários do darwinismo é sutil, mas inequívoca.

moral sexual), “O futuro de uma ilusão” (a respeito da religião), “Psicologia coletiva e análise do ego” (a respeito das “massas artificiais”), “O mal-estar na civilização” e “O porquê da guerra” (a respeito da violência), etc.

Tudo isso se refere, porém, ao plano da universalidade, ou seja, à teoria geral sobre o homem que constitui a parte mais abstrata da Psicanálise. No entanto, há no programa freudiano um outro plano de teorização, mais próximo da prática terapêutica: é o que visa construir uma teoria específica sobre *aquela* indivíduo, o paciente que busca tratamento. Essa teoria se baseia no que ele relata sobre sua vida e no que dela manifesta nas condições da transferência: são estes os dados sobre os quais vai operar a imaginação do analista. Cabe a ele não apenas interpretar um a um os elementos que vão surgindo, mas ainda reconstruir a cadeia provável de eventos que resultou *naqueles* sistemas, *naquelas* fantasias e demais particularidades *daquela* pessoa. O trecho da Conferência 35 que compara o trabalho do analista ao do cientista menciona ambas as atividades: a interpretação de aspectos isolados (“aprendemos ora aqui, ora ali, algo novo, mas as partes não formam um conjunto coerente”), e a reconstrução, que situa cada elemento no seu lugar (“as descobertas isoladas se organizam num conjunto bem ajustado, e tem-se a visão de uma parte do acontecer psíquico”).

De certa maneira, esse trabalho se aproxima do que realizam as ciências do espírito, na medida em que para elas o que conta é a especificidade individual do objeto – por isso Dilthey as chamava de “idiográficas”, do radical grego *idio* (próprio, específico, único, como em *idiosincrasia*). Aqui também o objetivo é construir uma hipótese “idiográfica”, de modo a dar conta de por que o Homem dos Ratos é obcecado por ratos e não por moscas, da razão por que o pequeno Hans teme os cavalos e não as aranhas, do motivo pelo qual Schreber delira como delira e não de outra forma ou com outros conteúdos. A originalidade de Freud consiste em realizar essa tarefa com os recursos da explicação, e não com os da compreensão, no sentido que definimos anteriormente esses conceitos: é combinando as teorias gerais da Psicanálise (inconsciente, conflito psíquico, papel do

Édipo, ação das defesas) com as circunstâncias únicas *daquela* vida (experiências infantis, traumas, fixações evolutivas, intensidade das forças em presença) que se chega a uma reconstrução plausível.

Além dos cinco grandes casos clínicos, encontramos esse tipo de teorização nas “Epicrises” colocadas após cada relato dos *Estudos sobre a histeria*, e em escritos como “A disposição à neurose obsessiva” (quando estuda uma paciente que apresentava de início sintomas histéricos, para em seguida os substituir por uma florida neurose obsessiva), “Observações sobre um caso de paranóia que parecia contradizer a teoria psicanalítica desta afecção” (o título fala por si mesmo), ou “Observações sobre um caso de homossexualidade feminina” (o conhecido caso da “jovem homossexual”). E é importante perceber que, apesar da diferença dos níveis de explicação – a mente humana em geral, no primeiro tipo, e a determinada realização das suas potencialidades numa dada pessoa, no segundo –, os procedimentos empregados são os mesmos: essencialmente, a busca das causas e do modo como se combinam para produzir seus efeitos.

A recusa de Freud em adotar o método “compreensivo” se justifica tanto por suas opções metafísicas e epistemológicas quanto por outro fator, que convém mencionar brevemente: a impregnação daquele método por juízos de valor. Sabemos quanta importância ele atribui à neutralidade, isto é, à recusa de proferir julgamentos morais sobre os desejos e fantasias do paciente. A explicação no estilo das *Naturwissenschaften* prescinde de juízos morais: fantasias assassinas ou coprofílicas, como as que aparecem na análise do Homem dos Ratos, são estudadas com a mesma isenção que quaisquer outras, e vinculadas a causas consideradas invariavelmente apenas sob o ângulo da sua eficácia para produzir tais efeitos.

Isso é especialmente visível quando Freud aborda temas tratados pelas *Geisteswissenschaften*, como em *Totem e tabu*. Nada encontramos neste livro dos juízos depreciativos tão comuns na época sobre a inferioridade intelectual ou moral dos “primitivos”; ao contrário, o argumento parte precisamente das *semelhanças* entre a vida mental dos selvagens e a dos neuróticos e crianças *ocidentais*. Pouco se tem notado esta sua posição –

francamente progressista — quanto aos preconceitos da época em que viveu, na medida em que recusa qualquer racismo e afirma a unidade do gênero humano.¹¹

A presença do modelo darwiniano

Esclarecidos os motivos pelos quais Freud considera a Psicanálise uma ciência da Natureza, restam duas questões interessantes, que gostaria de abordar no que se segue. A primeira diz respeito aos modelos do que é “ciência da Natureza” presentes no discurso freudiano; a segunda se refere ao que *hoje* consideramos ciências humanas e ciências naturais, pois, apesar das razões aduzidas por Freud, continua a nos parecer estranho incluir a Psicanálise entre as segundas.

Em relação ao modelo de *Naturwissenschaft*, é curioso notar que para Freud este é invariavelmente o da Física, ao menos no manifesto dos seus escritos: é daí que deriva a idéia de forças psíquicas, assim como o constante emprego do termo *mecanismo* e as inúmeras metáforas mecânicas, hidráulicas e elétricas que pontilham suas descrições do “acontecer psíquico”. Nisso ele não se distingue dos seus contemporâneos: era imenso o prestígio daquela disciplina, cujos progressos espetaculares pareciam confirmar a cada novo desafio a veracidade da doutrina newtoniana.

Contudo, desde a *Crítica da faculdade de julgar* se impõe a idéia de uma diferença essencial entre o mundo do inanimado e o dos organismos vivos, diferença que funda a Biologia como disciplina autônoma.

¹¹ O mesmo pode-se dizer de sua atitude diante da homossexualidade: ao considerá-la resultado da fixação em fases pré-genitais do desenvolvimento, ele a retira do catálogo dos crimes (como era capitulada no Código Penal alemão, a exemplo do que ocorria em outros países — lembremos o caso Oscar Wilde) para a situar no terreno das possibilidades naturais abertas à pulsão sexual. Ela se inclui entre as perversões, mas esse termo não tem a conotação de *perversidade*: trata-se do caráter infantil da vida sexual, e é por isso que Freud pode falar da criança como “perversa polimorfa”, aludindo com essa expressão à pluralidade e à plasticidade das tendências eróticas durante a infância.

Durante boa parte do século XIX, o nome dessa disciplina era “História Natural”; ela se interessava pelos animais e pelas plantas, descrevendo-os e classificando-os. Havia diversos temas em discussão entre os naturalistas, um deles sendo a questão da origem das espécies atualmente encontradas no planeta. Com sabemos, foi Charles Darwin quem acabou por resolver a questão, ao propor a teoria da seleção natural.

Freud leu com atenção as obras de Darwin, o que é comprovado pelo número de vezes em que o cita: nada menos do que treze, ao longo dos *Gesammelte Schriften*.¹² Sua admiração pelo naturalista inglês só tem paralelo na que tributa a Goethe; o que talvez se tenha notado menos é quanto o modelo de ciência que informa o pensamento de Darwin – e que diverge em pontos importantes do modelo newtoniano – está também presente na maneira pela qual Freud teoriza. O assunto é complexo, e merece que o abordemos com algum detalhe.

Em primeiro lugar, no que os organismos diferem dos seres inanimados? É Kant quem responde: o organismo não pode ser explicado apenas por leis mecânicas. Nele, todas as partes são simultaneamente meios e fins, e o conjunto é mais do que a mera adição das partes; a vida não é uma *soma*, mas um *sistema* de funções, hierarquicamente organizadas e interdependentes.

Em particular, isso implica que o funcionamento do organismo não é determinado apenas por causas no sentido eficiente, mas ainda pela existência de finalidades – alimentar-se, defender-se, reproduzir-se – em suma, *sobreviver*. O comportamento dos seres vivos exige assim a reintrodução de algo que o racionalismo do século XVII e o materialismo do XVIII haviam banido como superstição: a chamada *causa final*, que Aristóteles definira como “aquilo em vista do que algo é feito” (Aristóteles 1952, 194b, II, 3). A causa final tem um sentido óbvio no universo da técnica, onde designa a função de um objeto: uma cama é construída

¹² Cf. Petrucci 2004, p. 112. Entre outras ocorrências, Freud cita Darwin a propósito das “feridas” infligidas ao narcisismo humano (em três textos diferentes); retira dele a idéia da horda primitiva; menciona sua teoria das emoções; e assim por diante.

para que alguém se deite nela, os calçados para proteger os pés, etc. Mas, durante a Idade Média, a finalidade havia sido atribuída também aos fenômenos naturais – por exemplo, dizia-se que a chuva existia *para* fecundar a terra e permitir o crescimento das plantas. É contra essa idéia que, desde Descartes, os filósofos combatem, porque vêem nela uma projeção indevida de qualidades humanas sobre a Natureza – o que chamamos hoje de antropomorfismo. O programa do racionalismo envolvia a abolição das causas finais, e talvez tenha sido Espinosa o pensador que mais radicalmente as denunciou como ilusórias.

A reintrodução da causa final no pensamento biológico não reata com a idéia de que a Natureza está a serviço do homem: as vacas não existem para nos dar leite, nem os carneiros para nos dar lã. O conceito recupera validade ao ser referido não ao bem do ser humano, mas ao do organismo vegetal ou animal: assim, se é a necessidade de oxigênio que faz as plantas desenvolverem os processos da fotossíntese, é correto dizer que elas os desenvolvem *para* obter o oxigênio de que necessitam. O terreno em que a causa final volta a ser admitida é a *adaptação*, ou seja, os processos pelos quais os organismos se modificam em situações que poderiam ameaçar sua sobrevivência. Mas, admitir que seres vivos se adaptam a novas circunstâncias implica repudiar a crença de que tenham sido criados por Deus, tais como são hoje em dia: além de ser um problema científico, essa questão envolvia aspectos religiosos. Entende-se, então, que esse tenha sido um dos temas que, desde meados do século XVIII, mais provocaram disputas entre os naturalistas: os criacionistas, para os quais as espécies eram fixas e se originavam num ato especial de criação por Deus, opunham-se aos partidários da evolução, para os quais elas tinham surgido umas das outras ao longo do tempo.

O que ninguém sabia explicar, no campo dos evolucionistas, era por qual meio as transformações haviam se dado, e foi precisamente esse o enigma que Darwin resolveu ao propor a teoria da seleção natural. Não é o caso, a esta altura, de estudar com detalhe a aventura intelectual que culminou com a redação de *A origem das espécies*. Contudo, é necessário

mencionar alguns pontos, para que fique claro tanto o estilo do fazer científico de Darwin quanto sua presença nas entrelinhas do texto de Freud, que a meu ver tem sido pouco explorada.

Darwin não foi o inventor da idéia de que as espécies haviam evoluído umas das outras, assim como Freud não foi o inventor da idéia de inconsciente. A “Notícia Histórica” acrescentada à edição de 1875 de *A origem das espécies* enumera os autores que o precederam no estudo da questão, e mostra com o que cada um deles contribuiu para o debate. Mas foi ele – ao mesmo tempo que Alfred Wallace, numa das mais extraordinárias coincidências da história da ciência – quem propôs as idéias-chave para explicar a evolução, a saber, a luta pela existência e a seleção natural. Seu percurso para chegar a elas é assim resumido por Arthur Koestler: “No que consiste a grandeza de Darwin, a originalidade da sua contribuição? Em ter tomado, poderíamos dizer, os fios soltos, em tê-los reunido para formar uma trança, e em seguida ter tecido um enorme tapete em torno dela” (Koestler 1964, p. 137).

O primeiro desses fios, segundo o autor húngaro, foi a idéia de que as várias espécies vegetais e animais não haviam sido criadas independentemente, mas “descendem, como variedades, umas das outras”, como Darwin afirma logo no início do seu livro (Darwin 1856, Introdução, p. 6). O segundo foi o estudo das variações estimuladas pelos criadores de animais e plantas para melhorar seus produtos, através da seleção e do cruzamento dos indivíduos que apresentavam em grau maior as características desejadas: essa prática, amplamente disseminada na Inglaterra vitoriana, equivalia – diz Koestler – a uma “evolução por seleção artificial”. Darwin coletou um sem-número de informações junto aos criadores de todos os tipos: horticultores, jardineiros, donos de aviários e de rebanhos (bovinos, suínos, ovinos e caprinos), e chegou a criar pombos domésticos, a fim de verificar como se processava a transmissão das características valiosas.

Contudo, prossegue Koestler, se o estudo da seleção artificial demonstrava a possibilidade de surgirem determinadas características, e de seus portadores se diferenciarem dos ancestrais até o ponto de se

tornar uma nova raça ou tipo, a causa dessas transformações era óbvia: a ação do homem. Mas o que equivaleria a ela, no caso das plantas e animais não-domesticados? É aqui que entra o terceiro “fio” da trança: após um ano e meio tateando com as mais variadas explicações e não ficando satisfeito com nenhuma, Darwin deparou-se com o *Essay on the Principle of Population* escrito por Malthus em 1797. Foi uma revelação: Malthus argumentava que, devido à insuficiência de alimentos para todos os membros da espécie humana (pois os nascimentos se dão em progressão geométrica, contra a progressão meramente aritmética em que crescem os recursos alimentares), havia uma “luta pela existência”, na qual somente os “mais aptos” podiam sobreviver. Deixemos o próprio Darwin contar como aproveitou essa idéia:

Como em cada espécie nascem muito mais indivíduos do que os que têm possibilidade de sobreviver, e conseqüentemente uma luta pela existência se repete com freqüência, segue-se que qualquer ser que, sob as complexas e variadas condições da vida, varie – mesmo que minimamente – de modo útil para si mesmo, terá uma chance melhor de sobreviver, e, portanto, será *naturalmente selecionado*. Assim, as variações favoráveis tenderiam a ser preservadas, e as desfavoráveis a ser destruídas. Aqui, finalmente, eu tinha uma teoria com a qual trabalhar.¹³

O princípio da seleção natural é, portanto, que, “sob as complexas e variadas condições da vida” (mudanças de clima, surgimento de predadores, rarefação do alimento ou simplesmente proliferação excessiva

¹³ Darwin 1856, p. 7 (itálico no original). O interessante, segundo Koestler, é que Darwin entendeu ao contrário a tese de Malthus: para este, a luta pela existência nada tinha a ver com o aperfeiçoamento da espécie, mas era uma causa do seu declínio (os homens morreriam de fome se não controlassem a explosão demográfica). Muito se poderia aprender sobre a psicologia da criação se nos detivéssemos neste simples fato – que o cruzamento de uma leitura equivocada com uma pergunta insistente tenha resultado numa descoberta desse porte. E, para completar, Alfred Wallace também se serviu de Malthus – lendo-o sob a mesma ótica invertida – para formular, independentemente de Darwin e praticamente ao mesmo tempo, a mesma hipótese sobre a seleção natural. Cf. Koestler 1964, p. 136.

daquela espécie), a luta pela existência se torna mais aguerrida. Aqueles indivíduos que puderem desenvolver características que os favoreçam (os “mais aptos”) sobreviverão, e transmitirão tais características aos seus descendentes – por exemplo, garras mais afiadas, chifres ou dentes mais fortes, possibilidade de digerir novos alimentos, etc. Os outros, incapazes de fazer frente às novas condições, perecerão. Assim, ao longo de uma escala de tempo incomensuravelmente longa, o acúmulo de variações favoráveis produzirá novas variedades naquela espécie, e eventualmente novas espécies a partir daquela.

A idéia de uma escala de tempo na casa dos milhões de anos tinha sido admitida pela Geologia desde a obra de Lyell; a Paleontologia havia começado a se desenvolver, estudando os fósseis recentemente descobertos. Darwin utiliza essas e outras idéias para apoiar seu argumento, incluindo uma quantidade imensa de fatos sobre as mais diversas espécies de plantas, insetos, peixes, pássaros e mamíferos. É essa massa de dados que, apresentada com clareza e precisão ao longo dos quinze capítulos de *A origem das espécies*, apóia a teoria da seleção natural: Koestler a compara às sólidas pilastras que sustentam uma frágil ponte.

Por que frágil? Porque a evolução por seleção natural não pode ser *provada* à maneira de uma hipótese da Física ou da Química. Dado que ela exige intervalos de tempo imensos, muito superiores à duração de uma vida humana, não é possível realizar experimentos que produzam uma “evidência empírica imediata e conclusiva” (Regner 2004, p. 90). Só é possível *inferir* os processos pelos quais a evolução se realizou, e todo o livro, como o próprio Darwin reconhece ao iniciar o capítulo final, é um “longo argumento”, baseado em conjeturas que se somam umas às outras. É claro que elas estão lastreadas na miríade de fatos elencados no livro, mas isso não lhes retira o caráter de conjeturas. Nada é mais freqüente, sob a pena de Darwin, do que a palavra “provável”; ele mesmo menciona as objeções de todos os tipos que se podem levantar contra sua hipótese, dedicando a elas especificamente os capítulos VI e VII. O que, então, torna aceitável a teoria da seleção natural?

A filósofa gaúcha Ana Carolina Regner responde a essa pergunta num artigo extremamente informativo, que utilizarei no que se segue (Regner 2004). Nele, a autora examina as “estratégias argumentativas” de que se serve Darwin – e que, para dizê-lo de uma vez, são impressionantemente semelhantes às que Freud emprega para defender a *sua* teoria. Pois ambas – a de Darwin e a de Freud – enfrentam o mesmo problema: a impossibilidade de comprovar, por meio de “evidências imediatas e conclusivas”, a veracidade das inferências que extraem dos seus dados. O que produz a convicção de que aquilo “deve ser verdade” é a consistência interna do argumento, somada à simplicidade e plausibilidade da hipótese central (ação da seleção natural em Darwin, existência e eficácia de um inconsciente dinâmico em Freud), e ao enorme poder explicativo da teoria tomada em seu conjunto. Vejamos então quais são essas estratégias.

Em primeiro lugar, diz Regner, Darwin emprega os procedimentos usuais na prática científica: observação meticulosa, comparação de dados de fontes diferentes, subsunção de fatos a uma regra geral, estudo das variações e exceções, inferências primeiro rente aos fatos e em seguida mais e mais abrangentes, refutação de outras possíveis interpretações para aqueles dados, etc. (Regner 2004, pp. 90-2). A adesão do leitor vai assim sendo obtida passo a passo; mas Darwin emprega ainda outros meios para a reforçar, que, como veremos a seguir, também são usados por Freud:

A idéia de uma *causalidade múltipla*: atento à infinita complexidade da Natureza, e ao fato de que ela é um sistema em que cada espécie depende de muitas outras para sobreviver, Darwin faz intervir diversos fatores convergentes para explicar as adaptações exitosas. Um exemplo, logo no início do livro, é o caso do visgo, que se alimenta parasitariamente de certas árvores, cujas sementes precisam ser transportadas por certos pássaros, cujas flores têm sexos totalmente separados e requerem a ação de certos insetos para o transporte do pólen entre elas: “seria ridículo”, escreve ele, “atribuir a estrutura deste parasita, com suas relações com diversos outros organismos, apenas a efeitos de causas externas, ou à vontade da própria planta” (Darwin 1856, p. 7).

O estudo de *casos exemplares*: como mesmo a mais extensa enumeração de fatos seria sempre incompleta, a teoria é testada com mais detalhe em alguns casos específicos.

Ela os explica satisfatoriamente, e mais satisfatoriamente do que qualquer teoria rival; assim, seu valor heurístico “local” serve como elemento de convicção – fica implícito que ela poderá explicar outros casos quando sobre eles se dispuser de observações suficientes. O exemplo dos pombos domésticos, no capítulo I, cumpre essa função: Darwin demonstra como a hipótese de que todas as variedades conhecidas descendem do mesmo tronco – o pombo selvagem das rochas – é muito mais lógica do que a contrária (que cada variedade tenha origem independente), e dá conta adequadamente de todas as variações morfológicas observadas em muitos exemplares de cada raça. O mesmo raciocínio pode então ser estendido para outros animais e plantas, mesmo que os dados nesses casos sejam menos numerosos.

o jogo do *atual e do possível*: partindo do atual – as variações observadas –, Darwin reconstrói o que poderiam ter sido as formas intermediárias entre a espécie original e as que existem hoje, assim como os mecanismos pelos quais podem ter sido adquiridas as características atuais.¹⁴ Inúmeros fatores são assim colocados em relação uns com os outros, o que permite incluir como “fatos explicáveis” a distribuição geográfica de uma espécie, as variações entre machos e fêmeas, as diferenças individuais, a transmissão por hereditariedade, e outros aspectos relevantes.

Regner sintetiza assim suas conclusões:

O eixo central da explicação [...] passa por dois pontos mutuamente remissivos. Um é o apelo ao poder explicativo da teoria como um todo (ao invés de medi-lo pelo seu desempenho em situações isoladas), a partir do que é difícil supor que uma teoria com tal poder não seja verdadeira. O outro é a determinação deste poder por uma comparação de visões explicativas – os fatos podem ser vistos de diferentes maneiras, e o acesso aos mesmos depende de suposições, como se depreende das palavras do próprio Darwin. À luz desta comparação, a teoria darwiniana desponta como a melhor alternativa possível, e, por fim, como a única explicação racional. (Regner 2004, p. 92)

Ou seja: o jogo da indução e da dedução ganha conotações específicas, ausentes do procedimento usual nas ciências do inanimado. Há poucas generalizações indutivas; predomina o estudo de casos exem-

¹⁴ É importantíssimo aqui o papel da imaginação do cientista, não como instrumento para criar ficções, mas para capacitá-lo a criar suposições consistentes com os fatos e com o arcabouço geral da teoria. O mesmo se requer do analista, tanto na atividade de reconstrução quanto, mais amplamente, na de engendrar conceitos e hipóteses.

plares. Quanto às deduções, continua Regner, “fogem ao padrão estrito de dedução, exibindo uma dependência interna das premissas entre si e destas em relação à conclusão.” E, *last but not least*, o emprego da categoria de causalidade não se restringe às relações lineares, “abrindo-se a uma causalidade em termos de funções, metas e propósitos, e a uma análise em termos de estrutura e rede causal” (*ibid.*, p. 90).

É assim o “peculiar movimento todo-parte” que acaba conferindo às “razões” de Darwin o seu “peso”, sempre segundo Ana Carolina Regner. Como não reconhecer, nesse tipo de argumentação, o que nos é familiar nos escritos de Freud? A causalidade “em termos de metas”, para dar um exemplo, é o que vemos em ação no princípio do prazer: “evitar o desprazer” é obviamente uma causa final, ainda que funcione como causa eficiente na criação dos mecanismos de defesa. A “rede causal” nada mais é do que a conhecida sobredeterminação, a que Freud recorre com a frequência que conhecemos. O estudo dos “casos exemplares” e a função probatória a eles atribuída têm seu paralelo nos casos clínicos que ainda hoje estudamos com afinco. O “poder explicativo da teoria como um todo” é o que permite a Freud, na *Interpretação dos sonhos*, justificar a introdução da idéia de inconsciente – e isso ele já havia feito antes, ao recorrer a esse conceito para dar conta do efeito da sugestão hipnótica após o despertar do hipnotizado. O “jogo do atual e do possível” recobre exatamente o que Freud entende por reconstrução. E poderíamos continuar essa enumeração por mais algumas páginas; isto não será, espero, necessário – é evidente o parentesco das “estratégias argumentativas” dos nossos dois autores.

O que concluir disso? A meu ver, que Freud não percebeu o quanto sua tarefa era semelhante à do seu ilustre predecessor: construir uma teoria abrangente a partir de dados que, por sua natureza, não podem passar pela prova da experimentação. Sua crença na racionalidade do real – inclusive deste fragmento do real representado pela vida psíquica – o levou a pesquisar as leis que governam seu objeto: Otto Fenichel disse certa vez que o assunto de que trata a Psicanálise é irracional, mas o método pelo qual ela o trata é perfeitamente racional.

Nenhuma dessas leis pode ser “provada”, como a da gravidade na Física ou a da combinação de elementos em proporções constantes na Química: é o acúmulo de uma enorme variedade de dados, e a imensa capacidade explicativa da teoria para dar conta deles, que produz a convicção de que ela *deve* ser verdadeira. Além disso, assim como os criadores de espécies domésticas podiam favorecer nelas o surgimento e a manutenção das características desejáveis, a técnica psicanalítica, baseada nas teorias construídas da forma como expliquei, permite *intervir* na realidade psíquica e em certa medida modificá-la na direção desejada, às vezes com mais sucesso, às vezes com menos, às vezes com nenhum. Contudo, mesmo os fracassos terapêuticos podem ser explicados à luz da teoria (por exemplo, pela presença de defesas excepcionalmente intensas, por impasses na evolução da transferência, ou mesmo por ter o terapeuta falhado no emprego do instrumento analítico).

Freud julgava estar procedendo como Galileu ou Newton, e é nesse espírito que faz suas afirmações quando trata da cientificidade da Psicanálise. É essa crença que o leva a incluir sua disciplina no elenco das ciências naturais; mas, se tiver razão no que estou sugerindo, escapou-lhe uma grande diferença entre seu objeto e o dos físicos, diferença que aproxima sua *démarche* da dos naturalistas comprometidos com a teoria da evolução. Essa diferença consiste na impossibilidade de obter “evidência empírica imediata e conclusiva”, no caso de Darwin pelo caráter infinitesimal das variações adaptativas e pela escala monumental do tempo exigido para que elas se sedimentem, no caso da Psicanálise, porque a explicação causal faz apelo a fatores que só podem ser *supostos* e não enfaticamente *demonstrados* (quer se trate da ação atual das motivações inconscientes, quer de desenvolvimentos passados que se argumenta terem resultado no quadro atual). Se assim for, Darwin está muito mais presente em Freud do que deixariam supor mesmo as treze citações explícitas: é o *modo de fazer ciência* que os aproxima, porque os objetos de que tratam suas teorias partilham entre si mais características do que qualquer um deles com os objetos da Física, da Astronomia ou da Química.

A Psicanálise entre as ciências humanas

O segundo ponto que resta esclarecer é se podemos admitir ainda hoje a argumentação de Freud e, como ele afirma, situar a Psicanálise entre as ciências da Natureza. Parece-me que não; e não porque as razões de Freud sejam falsas, mas porque já não distinguimos da mesma maneira os dois grandes campos da investigação científica.

O que é, exatamente, a *Natur das Naturwissenschaften*? Em primeiro lugar, um sistema objetivo de processos governados pelo determinismo, sob a égide de leis passíveis de ser desvendadas pela inteligência humana. É assim que Newton a concebe, e essa visão subjaz aos decisivos progressos da Física e da Química durante todo o século XIX. Em Darwin, a essa dimensão se acrescenta outra – a da Natureza como sujeito autônomo, “portador de um dinamismo interno”, diz Regner, “capaz de produzir novas espécies, e cuja face se nos torna visível através da luta pela existência”.¹⁵

É fácil compreender o motivo dessa segunda determinação: a Física e a Química lidam com processos que não variam do ponto de vista temporal, enquanto a Biologia estuda organismos cuja transformação ocorre necessariamente no tempo. As reações nucleares foram as mesmas em Hiroshima e no instante do Big Bang: a água já era composta de duas moléculas de hidrogênio e uma de oxigênio no dia em que a primeira gota se formou, e desde então sua fórmula química é H₂O. O tempo é uma variável em determinadas equações da Física (por exemplo nas da aceleração); seu transcurso influi sobre os seres materiais (erosão, entropia, novas combinações de elementos, etc.); mas os processos descritos pela Física são por essência repetíveis, o que finalmente anula a temporalidade como fator constituinte deles (caso contrário, não seria possível a sua replicação exata em outros experimentos).

¹⁵ Regner (2004, pp. 104 e ss.) enumera diversos termos empregados por Darwin para especificar esse aspecto da Natureza: ela “age”, “garante”, “acumula resultados”, “não dá saltos”, etc.

O mesmo não ocorre com a vida. As espécies extintas não voltam a surgir; a evolução tem uma direção – Darwin a chama de “divergência de caracteres” – e as formas vivas da Era Secundária, como revelam os fósseis, eram bem diferentes das que hoje existem. Faz sentido, portanto, que a teoria darwiniana necessite de uma Natureza “subjetivada” – embora obviamente tal sujeito não possa ser identificado com uma pessoa, e só metaforicamente se possa dizer dele que “age”, “seleciona”, “acumula resultados” ou “não dá saltos”. Mas permanece o fato de que a Natureza é a “causa eficiente última” de tudo o que sucede no plano vital.

Ora, como vimos, Freud tem dela uma concepção mais próxima da de Newton que da de Darwin. Isso talvez se deva a que, no objeto que estuda – a psique – a Natureza no sentido mais amplo, tal não precisa desempenhar o papel de causa eficiente, porque há algo muito mais próximo para cumprir essa função: as pulsões. São elas, com efeito, que constituem os *Oberbegriffe*, os conceitos fundamentais sobre cuja pouca clareza ele não vê motivos para se desculpar. Sendo a pulsão essencialmente uma força motriz, não é de admirar que o tratamento que Newton deu a essa noção sirva como modelo para Freud, e que sua concepção da Natureza, portanto, se aproxime da proposta pelo físico inglês.

Com uma diferença crucial, porém – as forças psíquicas não são mensuráveis em termos quantitativos, nem passíveis de matematização. Já aqui emergem similaridades entre o procedimento freudiano e o de Darwin, pois a Biologia deste último também dispensa a matemática; outra semelhança é o emprego da metáfora não apenas como recurso retórico ou pedagógico, mas como *forma de conhecimento*: “intensidade das pulsões” ou “localizações psíquicas” são mais do que figuras de linguagem – são modos de apreender o real do objeto, da mesma forma que a subjetivação da Natureza em Darwin (Regner 2004, p. 90). Além disso, o conceito de Natureza em Freud inclui o imaterial; se assim não fosse, a Psicologia – e *ipso facto* a Psicanálise – não poderiam ter o estatuto da ciência. O que torna a Psicanálise científica é a busca de leis e de causas para os fenômenos psíquicos, causas e leis em tudo semelhantes às que Newton estabeleceu

para o reino do material. Daí Freud concluir que a sua disciplina é uma *Naturwissenschaft*, e não uma ciência do espírito.

Acontece que nós já não estabelecemos a partilha entre esses dois tipos de saber da mesma maneira que os contemporâneos de Freud. Para estes, dar conta de um fenômeno na área das *Geisteswissenschaften* excluía que ele fosse subsumido sob leis universais – era precisamente essa a diferença entre *erklären* (explicar) e *verstehen* (compreender). Ora, nada vemos de estranho em atribuir leis e causas ao universo da cultura, e certamente já não entendemos por “significação” de um produto humano a expressão de um princípio que só o método compreensivo poderia alcançar. A Linguística, para dar um exemplo, trabalha com a noção de leis da linguagem, e não quer “compreender” o que esta é, mas, claramente, “explicar” como funciona, num sentido bastante próximo ao que Freud e seus coetâneos julgavam ser exclusivo das ciências naturais.

Teria, então, a cultura passado a fazer parte da Natureza? É óbvio que não. Continua válida a distinção entre o que independe da ação do homem para existir (embora possa depender dessa ação que venha a desaparecer) e o que só existe porque o homem o instituiu. Estrelas, rochas, organismos vivos ou ondas eletromagnéticas são qualitativamente diversas de crenças, costumes, instituições políticas, obras de arte – e ciências.

Sob o rótulo genérico de “ciências humanas”, convivem na verdade disciplinas muito diferentes. Algumas trabalham com objetos bem próximos dos naturais, como a Geografia ou a História da Alimentação: ao elaborar suas teorias, elas não podem deixar de levar em conta o meio físico ou o clima. Outras, como a estatística, se servem de instrumentos matemáticos quando seus objetos são populações e a distribuição de características entre elas – é o caso da Sociologia, quando realiza pesquisas por amostragem – ou quando estudam fenômenos passíveis de quantificação, como faz a Economia. Outras ainda, como a História, trabalham com documentos, mas a idéia do que é um documento ampliou-se do mero registro escrito para abarcar qualquer vestígio do passado humano (por exemplo artefatos técnicos, obras de arte ou objetos de culto religioso).

Temos disciplinas como a Etnologia, nas quais a regra é o estudo monográfico de uma dada cultura, com o que se obtêm dados que em seguida podem ser comparados (como o fizeram Lévy-Strauss ou Georges Dumézil) para deles se tentar extrair estruturas comuns, ou invariantes transculturais. A própria Psicologia se divide em diversas áreas, segundo a concepção que tenham os psicólogos do que é o seu objeto: os behavioristas utilizam experimentos em laboratório, enquanto as práticas terapêuticas (em boa parte influenciadas pela Psicanálise) trabalham com o método clínico; já a Psicologia social opera com representações coletivas, pois seu objeto se conecta com os da Sociologia e da História. As ciências políticas estudam de que modo os diferentes grupos e classes sociais se confrontam na arena pública, promovendo seus interesses no interior dos marcos jurídicos aceitos como legítimos nos diversos Estados.

O que há de comum entre esses saberes tão díspares? Primeiramente, todos tratam daquilo que o homem criou, e, porque essas criações são variadíssimas, eles também necessitam sê-lo. É, portanto, o *tipo de objeto* que proporciona alguma homogeneidade a esse campo tão variado. Contudo, essa homogeneidade bastante relativa não provém tanto das semelhanças desses objetos uns com os outros, e sim da diferença radical de todos eles ante os objetos naturais.

Em segundo lugar, a *ausência do método experimental* é a regra – a exceção é constituída pela Psicologia experimental, para a qual o comportamento humano é um objeto natural, diferindo do dos animais apenas pelo grau de complexidade.¹⁶ Não sendo o método experimental conveniente ao tipo de objeto que estudam – seja porque este é *imaterial*, como uma instituição; ou *único*, como uma obra artística, científica, filosófica; ou *excessivamente grande*, como uma população; ou *pertence ao passado*, como um documento histórico; ou por qualquer outra determinação essencial –,

¹⁶ Não é o caso, neste momento, de entrar na discussão sobre o objeto da Psicologia. Basta, para nossos propósitos, tomar nota de que, se ele é concebido como um fragmento da Natureza, o método experimental se justifica. O que os psicanalistas estudam é algo diverso, requerendo, portanto, outra abordagem.

as ciências humanas tiveram de inventar outras formas de tratá-lo, ao mesmo tempo adequadas ao que estudam e capazes de produzir conhecimento com rigor equivalente ao que o método experimental garante às ciências da Natureza.

Esse ponto é fundamental: ou bem as ciências humanas são uma fraude, ou os conhecimentos que elas proporcionam são válidos, e o que garante sua validade é que tenham sido produzidos pela aplicação de métodos não-arbitrários. Cada disciplina humana define, dessa forma, quais procedimentos são pertinentes para seu território e quais não, bem como critérios para o estabelecimento de hipóteses e para a sua confirmação ou refutação, padrões de problemas considerados legítimos, níveis de exigência para o trabalho científico, e assim por diante.¹⁷ O que permite o progresso do conhecimento nessas ciências é o estabelecimento de um núcleo sólido e indisputado de informações coerentes; teorias são aceitas por sua consistência interna, por sua compatibilidade com os princípios gerais do campo epistemológico da disciplina, e por seu valor heurístico para lidar com novas descobertas, podendo ser modificadas ou completamente substituídas por outras quando algum fato novo as desafia com sucesso.

Ou seja, o modelo darwiniano, tal como o explica Regner em seu estudo, está hoje presente muito mais nas ciências humanas do que na Biologia! E isso por duas razões: quanto à Biologia, os progressos da Genética (e isso não desde ontem, mas desde Mendel) a tornaram mais e

¹⁷ Isso não significa que elas não sejam rigorosas; muitas vezes, joga-se fora a criança com a água do banho ao se exigir que a Psicanálise funcione como uma ciência natural. É óbvio que aqueles para quem só é ciência o que se conforma a esse cânon – como os popperianos e os positivistas de todos os matizes – não podem incluí-la no campo dos saberes científicos: desde o famoso simpósio de Washington, em 1958, isso está mais do que claro. Cf. Hook 1959. Um resumo das discussões desse colóquio pode ser encontrado em Ricoeur 1966, pp. 337 e ss. O presente texto pretende mostrar, porém, que a concepção de ciência ali considerada como única é demasiado restritiva. As ciências humanas não são párias epistemológicas: em seu campo específico, elas definem e respeitam critérios tão exigentes quanto os de qualquer *hard science*.

mais uma ciência experimental; quanto ao modelo darwiniano (o “longo argumento” que se sustenta pela coerência e pelo poder explicativo do que enuncia), ele demonstrou seus méritos além de qualquer dúvida, podendo, portanto, ser legitimamente estendido para áreas em que Darwin jamais sonhou pisar.

“Mudou o Natal, ou mudei eu?”, pergunta-se um personagem de Machado de Assis. No caso das ciências humanas, parecem ter mudado ambos: os métodos que empregam vão muito além (e são muito diferentes) da “compreensão” como a entendia Dilthey, e os objetos sobre os quais se debruçam têm mais em comum com o que se considerava Natureza do que com o que, na época, era chamado de “espírito”. Isso vale especialmente para a questão da causalidade: a infinita complexidade dos fatores que determinam um fenômeno humano (seja ele uma sinfonia, a moda, o retorno dos fundamentalismos, a inflação ou qualquer outro) se assemelha em muito ao que Darwin expõe em *A origem das espécies* para dar conta da evolução. Há interdependência, retroalimentação, reticularidade, teleologia — estamos longe da relação linear de causa e efeito que prevalece nas ciências naturais.

A meu ver, é isso que finalmente explica por que o método experimental não serve para as ciências humanas: ele é ideal para evidenciar causalidades lineares, mediante o isolamento artificial de variáveis até que se encontre a correlação pertinente, mas totalmente inapto para trabalhar com o tipo de causalidade próprio dos objetos “humanos”.

E a Psicanálise? Pelo exposto até aqui, ela encontra seu lugar entre as ciências humanas. Seu objeto — quer seja definido como o inconsciente, quer como o funcionamento psíquico, ou de qualquer outra maneira — é claramente relativo ao homem. Seu método — aqui considerado no que se refere ao modo de teorizar, e não à prática clínica — é a interpretação de atos e produções psíquicas a fim de reconstruir os processos que os geraram (tanto intra-individuais quanto relacionais). Suas exigências de consistência no uso dos conceitos, na classificação dos fenômenos (por

exemplo, na psicopatologia) e na validação de hipóteses em todos os planos de investigação¹⁸ são semelhantes às de outras disciplinas humanas.

Assim como as entradas e bandeiras tornaram caduca a fronteira estabelecida pela linha de Tordesilhas entre os domínios de Portugal e Espanha, em conseqüência de que muito do que era território castelhano passou a ser território português, também a Psicanálise – sem sair do lugar, diríamos – bandeou-se para o lado das ciências humanas quando a fronteira entre elas e as ciências naturais deixou de passar pela Tordesilhas da oposição *erklären/verstehen* para se fixar na diferença dos objetos e dos métodos.

É certo que a Psicanálise evoluiu bastante desde o tempo de Freud, e nem todas as suas afirmações sobre o psíquico encontram aceitação geral entre seus herdeiros.¹⁹ Não cabe aqui entrar nos motivos dessa situação; basta lembrar que aumentou muito o *peso causal das relações* na avaliação dos motivos que levam a um determinado sintoma ou estado patológico. Esse fato também contribui para firmar a posição da Psicanálise entre as ciências humanas, pois é evidente que relações interpessoais fazem muito mais parte do humano do que do natural. Continua a valer o princípio freudiano de que *interpretar* é encontrar tanto o sentido quanto a causa, mas este último termo ganhou conotações que não tinha para o inventor da nossa disciplina – conotações que o aproximam do sentido de “causa” nas ciências humanas da atualidade.

O objeto da Psicanálise pertence ao campo do humano, seus métodos são similares aos das ciências humanas, seu perfil epistemológico

¹⁸ Sobre a questão dos planos em que opera a teorização psicanalítica, para os quais Robert Waelder estabeleceu uma utilíssima escala, ver Mezan 1998a, especialmente o capítulo 7, pp. 163 e ss.

¹⁹ Um exemplo disso – que também serve para mostrar como uma teoria pode ser refutada em Psicanálise – é o caso das psicoses. Baseado em sua concepção da transferência, Freud as considerava impossíveis de ser tratadas pelo seu método. Quando Klein, Rosenfeld, Bion e outros provaram que era possível lidar com psicóticos usando princípios psicanalíticos, foi necessário repensar o modo de ação da transferência nas psicoses – criando, por exemplo, a figura da transferência adesiva –, mas essa reelaboração não exigiu o abandono do conceito de transferência. O estudo mais detalhado dessa questão, porém, terá de ficar para outra oportunidade.

tem muito de comum com o de outras disciplinas humanas: faz sentido concluir que ela é uma ciência humana, *n'en déplaîse* ao *Herr Professor*. Como respondeu Dona Sara ao pequeno Isaac, que lhe perguntava por que os *locksben* (fios de macarrão) se chamam *locksben*: “Mas querido, se eles têm gosto de *locksben*, parecem *locksben*, vêm em pacotes como os *locksben* – por que não iriam se chamar *locksben*?”.

Referências bibliográficas

- Aristóteles 1952: *Física*. Tradução inglesa de R. P. Hardie e R. K. Gaye. Londres/Chicago, Encyclopaedia Britannica (The Great Books of the Western World, v. 8).
- Assoun, Paul-Laurent 1981: *Introduction à l'épistémologie freudienne*. Paris, Payot.
- Darwin, Charles 1856: “Introdução”. In: *The Origin of Species*. Londres/Chicago, Encyclopaedia Britannica (The Great Books of the Western World, v. 49).
- Freud, Sigmund 1925: *Selbstdarstellung (Autobiografia)*. Frankfurt, Fischer Verlag, 1981.
- 1932: “Über eine Weltanschauung”. 35ª Conferência. *Neue Folge der Vorlesungen zur Einführung in die Psychoanalyse. Studienausgabe* (SA), v. I. Frankfurt, Fischer Verlag, 1969. Tradução espanhola de Luis López-Ballesteros e de Torres. Madri, Biblioteca Nueva (BN), tomo III, 1973.
- Hauser, Arnold 1973: *Introducción a la historia del arte*. Madri, Guadarrama.
- Hook, Sidney (ed.) 1959: *Methodological Issues in Psychoanalytic Theory*. New York, Doubleday.
- Koestler, Arthur 1964: *The Act of Creation*. Nova York, Dell Books.
- Mezan, Renato 1990: *Freud, pensador da cultura*. 5. ed. São Paulo, Brasiliense.

- _____. 1998a: *Escrever a clínica*. São Paulo, Casa do Psicólogo.
- _____. 1998b: “Metapsicologia: por que e para quê”. In: *Tempo de muda*. São Paulo, Companhia das Letras.
- _____. 2002: “Sobre a epistemologia da psicanálise”. In: *Interfaces da psicanálise*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Petrucci, José L. 2004: “Isaac Newton e Charles Darwin”. In: *Freud e seus filósofos*. Porto Alegre, Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre.
- Regner, Ana C. 2004: “Darwin, Newton e o conceito de ciência no século XIX”. In: *Freud e seus filósofos*. Porto Alegre, Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre.
- Ricoeur, Paul 1966: *De l'interprétation*. Paris, Seuil.

Enviado em 15/10/2006
Aprovado em 16/08/2007